SABEDORIAS ANCESTRAIS DE CURA: Atenção, cuidado e solidariedade entre povos e comunidades tradicionais

Lucimberg Camargo Dias (PPGE/UFMT) – lucimberg.camargo@gmail.com
Edson Caetano (PPGE/UFMT) – caetanoedson@hotmail.com
GT 16 – TRABALHO E EDUCAÇÃO

Resumo:
Este estudo se insere nas pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E pretende compreender como se configuram e são compartilhados os saberes ancestrais sobre as plantas e ervas medicinais que são usados nos cuidados e práticas de cura entre povos e comunidades tradicionais. O estudo sobre essa sabedoria é importante para superar a desqualificação dos saberes que são construídos e estão presentes para além do espaço acadêmico. Saberes que não estão restritos a poucos selecionados e privilegiados nas universidades, mas são compartilhados por guardiões e guardiãs de sabedorias ancestrais. Saberes que seguem uma outra lógica, tendo como premissa que o ser humano faz parte da natureza e, portanto, devemos cuidá-la e respeitá-la. Nesse contexto, apreender as práticas de cura ancestrais, que utilizam de raízes, folhas, cascas, galhos, flores, frutos e sementes, é fundamental para destacar terapêuticas milenares como alternativa à medicina oficial, que sistematicamente são desvalorizadas e desacreditadas pela indústria farmacêutica. Mas que se relavam enquanto práticas de cura que estão repletas de atenção, cuidado e solidariedade às pessoas.
Palavras-chave: Saberes ancestrais. Práticas de cura. Comunidades tradicionais.

1 Introdução

Este trabalho se insere nas pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e busca refletir sobre os saberes ancestrais de cuidados e práticas de cura entre os povos e comunidades tradicionais.

O GEPTE tem realizado pesquisas relacionadas a produção de existência junto aos povos originários, às comunidades tradicionais e assentados. Esses estudos demonstram que os povos e comunidades tradicionais têm suas existências e suas práticas cotidianas constituídas pelos saberes ancestrais, a partir das mediações entre os seres humanos e com a natureza e expressam a "existência de um sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas" (DIEGUES, 1999, p. 20).

Dentre os saberes que possibilitam a manutenção da existência desses povos e comunidades, destacamos os conhecimentos sobre as plantas e ervas medicinais que são usados nos cuidados e práticas de cura a partir de um vasto repertório de saberes ancestrais

sobre raízes, folhas, cascas, galhos, flores, frutos e sementes que são utilizados como remédios. O compartilhamento desses saberes se inicia “desde a mais tenra idade as crianças aprendem com os mais velhos a identificar as plantas, e podem inclusive auxiliar no trabalho com elas” (CAETANO, CABRAL e BRITO, 2020, p. 290).

Saberes que são compartilhados e reproduzidos “mediante o diálogo direto entre o indivíduo, seus pais e avós (em direção ao passado) e/o entre o indivíduo, seus filhos e netos (em direção ao futuro) com a natureza” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 36). E muitos desses “saberes não são ditos, informados, mas sim vividos, mesmo que através da observação” (MEDAETS, 2011, p. 11). Sendo ainda importante a postura de silêncio e escuta no processo de aprender. “Essa experiência se dá, primeiramente, como “observador ativo” e, posteriormente, “como praticante cada vez mais experimentado” (idem, p. 11).

Para apreender esses saberes “é então necessário entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em uma complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 40), ou seja, o contexto e as relações que são estabelecidas entre os homens (no sentido de ser humano) e com a natureza são fundamentais para a configuração desses saberes.

Diante disso, pretende-se nesse trabalho compreender como se configuram e são compartilhados os saberes ancestrais sobre as plantas e ervas medicinais que são usados nos cuidados e práticas de cura pelos povos originários e comunidades tradicionais.

O estudo sobre essa sabedoria é importante para superar a desqualificação dos saberes que são construídos e estão presentes para além do espaço acadêmico. Saberes que não estão restritos a poucos selecionados e privilegiados nas universidades, mas são compartilhados por guardiões e guardiãs de sabedorias ancestrais.

2 Ampliando nossa percepção

Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 32) relatam que nas suas trajetórias como pesquisadores, “poucas vezes nos ensinaram a reconhecer a existência de uma experiência, de certa sabedoria, nas mentes de milhões de homens e mulheres que dia após dia trabalham a natureza precisamente mediante essas técnicas, essas espécies e esses sistemas”.

As universidades formam profissionais a partir dos preceitos da ciência moderna, que geralmente, negam a importância e até mesmo a existência de outros saberes como forma válida de conhecimento.

Os saberes tradicionais são percebidos e/ou reconhecidos com mais facilidade quando consideramos que a universidade não detém o monopólio do saber, e dessa forma, nos debruçamos, escutamos, observamos e nos ocupamos dos saberes expressos pelos povos originários e comunidades tradicionais, que têm "conhecimentos sobre seu entorno, para realizar a apropriação de suas naturezas" (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 35).

Albuquerque e Sousa (2016, p. 237) afirmam que na "operacionalização desse tipo de saber outros fatores concorrem como a visão, o tato, o paladar, ou seja, toda uma sensibilidade corporal que remete à própria etimologia da palavra saberes enquanto sabor". Essa perspectiva amplia nossa percepção, geralmente restrita, sobre a construção de saberes, que se dão muito além dos bancos escolares e dos laboratórios de pesquisa.

Tais saberes que não se submetem necessariamente aos processos de escolarização, "do mesmo modo, a forma de sua transmissão também não implica, necessariamente, a presença de um professor ou um gesto intencional de ensino" (idem, p. 239). É necessário compreender que a educação não está restrita aos ambientes escolares formais. O ensino e a aprendizagem ocorrem em espaços e contextos diversos, "onde é possível observar uma prática educativa fundada na experiência, na atenção, em trocas culturais estabelecidas cotidianamente" (NOGUEIRA e ALBUQUERQUE, 2021, p. 171).

Saberes são compartilhados por meio da oralidade, sendo assim, "a memória é então o recurso mais importante da vida desses povos" (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 35). Nesse ponto, é preciso destacar que considerar a ausência de grafia desses povos, comunidades ou sociedades como consequência de uma falta de instrução é um ledo engano, pois, "as sociedades orais não são necessariamente sociedades analfabetas, porque sua oralidade não é falta de escrita, mas sim não necessidade de escrita" (idem). Sendo assim, "para além dos códigos escritos é preciso considerar as múltiplas possibilidades de leitura do mundo e da natureza, variando estas de acordo com cada cultura" (ALBUQUERQUE e SOUSA, 2016, p. 243).

A partir dos apontamentos desses autores percebemos que no cotidiano vivido pelos povos originários em comunidades tradicionais, quilombos, territórios indígenas, são produzidos saberes que explicam e organizam suas existências. São saberes que "se dão no fazer, no aprender a fazer e no ensinar a fazer, e sua ocorrência é intrínseca à produção

da existência" (CAETANO, CABRAL e BRITO, 2020, p. 289). Saberes que deram e dão as condições de continuidade à essas comunidades e a estes povos, caracterizando-os e diferenciando-os, enquanto uma forma de produção de existência contrária a que se impôs hegemonicamente nas sociedades capitalistas.

Compreender como se configuram as práticas cotidianas constituídas pelos saberes ancestrais, as mediações entre os seres humanos e com a natureza e o compartilhamento dos saberes é importante para apontar "outras formas de viver, aprender e (re)existir" (NOGUEIRA e ALBUQUERQUE, 2021, p. 184).

Nesse contexto, apreender as práticas de cura ancestrais, que utilizam de raízes, folhas, cascas, galhos, flores, frutos e sementes, é fundamental para destacar terapêuticas milenares como alternativa à medicina oficial, que sistematicamente são desvalorizadas e desacreditadas pela indústria farmacêutica.

Saberes que também se inserem na chamada medicina popular, entendida como "um conjunto de formas de cura e concepções de vida que se colocam como alternativas àquelas oferecidas pela ciência erudita" (OLIVEIRA, 1985, p. 9) A medicina popular é praticada em diversos espaços e por várias pessoas ou "por profissionais populares de cura (benzedeiras, médiuns, raizeiros, ervateiros, parteiras, curandeiros, feiticeiros)" (*idem*, p. 8).

3 Saberes ancestrais de cura

Existe uma infinidade de denominações e definições para o que tomamos aqui como saberes ancestrais. Alguns autores (ALBUQUERQUE e SOUSA, 2016; CUNHA, 2007; PANTOJA, 2017; TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009) utilizam a palavra saberes associada a outro termo para qualificá-la: saberes culturais, saberes ecológicos, saberes da experiência, saberes sociais, saberes ordinários, saberes locais.

Há autores (CUNHA, 2007; LÉVI-STRAUSS, 2008; TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009) que optam por utilizar a palavra conhecimentos, também associada a outro termo: conhecimento abstrato, conhecimento histórico, conhecimento ecológico, conhecimento local, conhecimento mágico. E ainda, entre esses autores, há os que utilizam essas diversas nomenclaturas de saberes e conhecimentos como se fossem sinônimos.

Não cabe aqui, definir e diferenciar cada uma dessas denominações utilizadas por estes autores. Mas, partimos da premissa que esses saberes são ancestrais, existiam antes

do surgimento da ciência, e que são ressignificados e compartilhados, foram e são "gestados no cotidiano de vida e de trabalho" (ALBUQUERQUE e SOUSA, 2016, p. 232).

Inicialmente, destaca-se nos estudos sobre essa temática, que existe uma diferenciação entre saber e conhecimento. Albuquerque e Sousa (2016, p.231), afirmam que "enquanto o dicionário identifica a palavra conhecimento à ciência, instrução e erudição, a palavra saber é associada à habilidade, sabedoria, experiência prática, incluindo, ainda, a própria palavra conhecimento".

A partir dessas definições apontadas, observa-se que o conhecimento estaria então vinculado à ciência e o saber àquilo que não é científico. "Desse modo, se todo conhecimento é uma forma de saber, nem todo saber pode ser considerado como conhecimento de natureza científica" (idem, p. 231-232).

Entende-se que, a distinção entre saber e conhecimento, foi construída buscando reforçar a perspectiva dominante, que diferencia e inferioriza os saberes ancestrais com relação ao saber científico. Entre os autores já mencionados, alguns debatem essa separação, mostrando que o saber cientifico tornou-se hegemônico, usando como uma das estratégias a desqualificação dos saberes ancestrais.

Os saberes ancestrais têm especificidades que dificilmente se encaixam no modelo atual de proteção da propriedade intelectual, "porque há uma resistência concreta por parte de agentes econômicos e políticos em aceitar estas particularidades, e suas bases epistemológicas, como caracterizando um conhecimento tão legítimo quanto o científico" (PANTOJA, 2017, p. 63).

Pantoja (2017), destaca alguns pontos que devemos considerar ao falarmos de conhecimentos tradicionais (que tomamos como saberes ancestrais). O primeiro ponto, é que não é o mesmo que o chamado senso comum. "Não seria aquilo que está num certo conhecimento geral acessado por todos, como aquele que trata da melhor lua para cortar o cabelo, ou sobre a utilidade de chás medicinais" (PANTOJA, 2017, p. 64).

O segundo ponto, é que os conhecimentos tradicionais também seguem regras e atitudes que devem ser seguidas para a sua produção, tal como os procedimentos científicos. Dessa maneira, "tratar-se-iam, portanto, de cientistas locais, sabedores tradicionais que, tal como nas salas de aula e laboratórios das universidades, fazem experimentações, por exemplo, em seus roçados, domesticando espécies, cruzando-as, criando novas espécies (idem, p. 65).

O terceiro ponto, é que os conhecimentos tradicionais também se renovam, não sendo assim, estáticos. “Trata-se de saberes que continuamente se atualizam, podendo incorporar técnicas e novas informações sem perder o que os diferencia: uma certa relação entre as pessoas e das pessoas com a natureza” (idem).

E o último apontamento, é que tal como a ciência, os conhecimentos tradicionais dependem de algumas condições para a sua produção e reprodução enquanto sistema de conhecimentos. As condições necessárias para os sistemas tradicionais, são diferentes da ciência, “uma delas seria a presença de relações familiares e de vizinhança, onde os saberes e objetos são trocados livre e gratuitamente. [...] Outra condição seria a disponibilidade de terras e recursos naturais, que são o próprio laboratório desses colegas cientistas” (idem, p. 66-67).

No final do século XX “esta dualidade começou a ser questionada por várias pesquisas etnográficas, em especial junto à grupos indígenas do norte e do sul do planeta” (idem, p. 69). Que viabilizaram o reconhecimento desses saberes como formas de compreensão e explicação da realidade.

O principal nome que conduziu essa perspectiva é o antropólogo Claude Lévi-Strauss, que destaca as características desses saberes que existem há milênios, sendo desenvolvidos sistematicamente, para além da satisfação de necessidades práticas, com ordenamentos, cumprindo e demostrando exigências intelectuais. Tendo “cuidado com a observação exaustiva e com o inventário sistemático das relações e das ligações pode às vezes chegar a resultados de boa postura científica” (LÉVI-STRAUS, 2008, p. 25).

Para Lévi-Strauss (2008) essa forma de compreensão e organização do mundo, que se refere como pensamento mágico, não é uma etapa, esboço ou parte do desenvolvimento científico, é sim um sistema articulado e independente. “Portanto, em lugar de opor magia e ciência, seria melhor colocá-las em paralelo como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos” (idem, p. 28)

Lévi-Strauss (2008), frisa que o pensamento mágico tem procedimentos a serem seguidos, “cada uma dessas técnicas supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas” (idem, p. 29). A partir desses elementos, assevera que o pensamento mágico se configura enquanto uma ciência, a ciência do concreto, que não é menos científica e com resultados menos reais. Ela é aplicada para explicar os fenômenos há mais de dez mil anos, antes da ciência moderna. Sendo “o substrato de nossa civilização” (idem, p. 31).

Os saberes ancestrais de cura foram construídos a partir da observação atenda da natureza, descobrindo como cada planta poderia ser utilizada para aplacar doenças que acometiam. “Da natureza tiramos algumas folhas, algumas raízes, cascas para chás, xaropes, garrafadas e banhos. Sempre com respeito e pedindo licença para a planta, explicando para ela o que queremos curar”[1].

Saberes que seguem uma outra lógica, tendo como premissa que o ser humano faz parte da natureza, e dessa maneira, deve cuidá-la e respeitá-la. Por isso, tem que se pedir licença e agradecê-la por aquilo que dela é retirada.

Integram esse conjunto de saberes, a “relação afetiva com as plantas, ao conhecimento dos métodos de extração destas, à produção dos remédios e à prescrição, formando um conhecimento multifacetado” (ARAUJO, 2016, p. 80).

São estabelecidas práticas de cura “que estão repletas de atenção, cuidado e solidariedade às pessoas” (*idem*, p. 123). Dessa forma, “suas casas e quintais, verdadeiras farmácias populares, estão sempre abertas a acolher e curar” (BRITO, CABRAL e CAETANO, 2020, p. 131). Demostrando relações de afetividade e zelo estão muito presentes entre essas populações, “onde o mais importante é poder contribuir com a saúde do próximo” (ARAUJO, 2016, p. 123).

Sendo assim, “as raizeiras e raizeiros, junto com as parteiras, benzedeiras e benzedores, são guardiãs e guardiões de processos ancestrais de curas e de uma relação com a doença que também se opõem àquela construída pela chamada medicina oficial” (idem, p. 130). Pois, as “plantas medicinais são vivências de resistência à lógica do capital que torna a saúde uma determinação econômica de criação de lucros, a partir da comercialização de remédios produzidos industrialmente” (idem, p. 131).

7 Considerações finais

Compartilhamos o apontamento de Albuquerque e Sousa (2016, p. 248) de que a “noção clássica de racionalidade precisa ser ampliada de modo a abrigar os saberes situados no outro lado da linha que se ancoram em outras lógicas e formas de compreensão, epistemologias outras”. Pois, o saber vai além dos limites e preceitos estabelecidos pela ciência moderna, que ao longo de sua curta história, foi e ainda é

[1] Curso interativo de Fitoterapia Indígena Online. Vivência na Aldeia. Disponível em: <https://vivencianaaldeia.org/> Acesso em: 23/set./2021.

utilizada como um dos instrumentos “colonizadores das outras sociedades, ambientes e sistemas de conhecimento que encontram” (PANTOJA, 2017, p. 68).

Sobre a pretensão que se observa na afirmação que a ciência teria uma validade explicativa universal, alcançada pelos seus procedimentos comprobatórios, Pantoja (2017, *idem*) é incisiva ao colocar o seguinte questionamento: “se a ciência fosse realmente um sistema de conhecimento com validade universal (servisse para todos em qualquer tempo e lugar), não deveria ela disseminar-se naturalmente, sem resistência ou imposição?”.

A resposta a esta pergunta é simples, se servisse para todos, em qualquer tempo e lugar, não precisaria ter sido imposta. Mas, como apontam Albuquerque e Sousa (2016, p. 248), “a pergunta mais significativa não é tanto aquela que se refere à verdade ou falsidade de um dado saber, mas, fundamentalmente, sobre o que eles fazem na vida e no mundo dos sujeitos envolvidos na experiência”.

Nessa perspectiva, os saberes ancestrais sempre tiveram maior importância e significado para os povos e comunidades que ao longo da história se serviram dessa sabedoria para a produção da existência.

Destaca-se aí algo que é fundamental para enxergamos possibilidades além das que fomos formados e condicionados a pensar. Esses povos e comunidades, por meio de saberes que são milenares, construíram suas existências e mantêm práticas cotidianas que são contrárias à lógica capitalista, tendo por base a produção associada, a autogestão e a agroecologia. Mantendo uma “relação de equilíbrio com a natureza, produzindo e reproduzindo as condições necessárias para a produção da existência no campo” (BRITO, CABRAL e CAETANO, 2020, p. 131).

Por último, destacamos que o repertório de saberes sobre as plantas e ervas medicinais que são usados nos cuidados e práticas de cura compartilhadas nas comunidades e entre povos tradicionais são vivências de resistência à lógica do capital que torna a saúde uma determinação econômica de criação de lucros.

O repertório de saberes sobre as plantas e ervas medicinais foram apropriados em grande parte pela indústria farmacêutica para o desenvolvimento de medicamentos. Cumpre destacar que esses saberes têm origens ancestrais, a partir da observação da natureza e estão sob a guarda e são compartilhados por raizeiras e raizeiros, erveiras e erveiros, parteiras, benzedeiras e benzedores, que estão sempre abertos a acolher e curar de forma gratuita.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa e SOUSA, Marcio Barradas. “Saberes Culturais”. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de e PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.) **Uwa’kürü** - dicionário analítico. Rio Branco: Nepan, 2016.

ARAÚJO, Bruna Dayane Xavier de. **Raízes da cura**: os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas Meizinheiras do Cariri cearense. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2016.

BRITO, Flávia Lorena. CABRAL, Cristiano Apolucena e CAETANO, Edson. Saúde, trabalho e educação em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 6, n. 11, p. 111-135, jul./dez. 2020.

CAETANO, Edson. CABRAL, Cristiano Apolucena e BRITO, Flávia Lorena. Bem Viveres: possíveis significados, virtualidades e limites presentes na produção da existência dos povos e comunidades tradicionais e assentamentos. **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, p. 275-299, jul./dez. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.

CURSO INTERATIVO DE FITOTERAPIA INDÍGENA ONLINE. **Vivência na Aldeia**. Disponível em: <https://vivencianaaldeia.org/> Acesso em: 23/set./2021.

DIEGUES, Antônio Carlos (ORG). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. 8ªed. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas-SP: Papirus, 2008.

MEDAETS, Chantal. “Tu Garante?” Reflexões sobre a infância e as práticas de transmissão de aprendizagem na região do Baixo-Tapajós. **Anais eletrônicos do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador BA, 07 a 10 de agosto de 2011. Salvador: UFBA, 2011.

NOGUEIRA, Thais Tavares e ALBUQUERQUE, Maria Betania Barbosa. “Aprendendo das águas e das matas, os encantados estão até no ar”: uma pedagogia decolonial a partir da pajelança na Amazonia”. *In*: LIMA, Adriane Raquel S. de *et.al.* (Orgs.) **Pedagogias decoloniais na Amazônia**: Fundamentos, Pesquisas e Práticas. Curitiba: CRV, 2021. p. 171-184.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. “Conhecimentos Tradicionais”. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de e PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.) **Uwa’kürü** - dicionário analítico: volume 2. Rio Branco: Nepan, 2017.

TOLEDO, Victor Manuel e BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, nº 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.